

DESENVOLVIMENTO E REFORMA AGRÁRIA NA REGIÃO SUL DO RS: OS IMPACTOS DOS ASSENTAMENTOS NO COTIDIANO DAS FAMÍLIASⁱ

Development and agrarian reform in the south region of the state of Rio Grande do Sul, Brazil: the impacts of the settlements in the life of families

Desarrollo y reforma agraria en la región sur de RS/Brasil: los impactos de los asentamientos en el cotidiano de las familias

Patrícia Martins da Silvaⁱⁱ
Hélvio Debli Casalinhoⁱⁱⁱ
Universidade Federal de Pelotas

Resumo

O objetivo deste trabalho foi analisar os impactos da implantação dos assentamentos na vida e desenvolvimento das famílias assentadas na Região Sul do estado do Rio Grande do Sul. Para isso utilizou-se o conceito de desenvolvimento sustentável proposto por Ignacy Sachs, constituído por cinco dimensões: social, cultural, econômica, ambiental e espacial/territorial. Optou-se pela realização de um estudo de casos múltiplos, analisando dois assentamentos, implantados em distintos contextos territoriais, respectivamente nos municípios de Canguçu e Candiota. A técnica utilizada para levantamento dos dados foi a entrevista semi-estruturada, sendo considerada a totalidade das famílias existentes nos dois assentamentos para análise. Os resultados demonstraram um impacto positivo nas diferentes dimensões consideradas, indicando uma melhoria significativa na qualidade de vida das famílias assentadas, embora permaneçam desafios. A intensidade desses impactos encontra-se diretamente influenciada pelo contexto territorial onde estão inseridos os assentamentos, determinando suas possibilidades de desenvolvimento. Constatou-se, enfim que embora não provoque alterações significativas na estrutura fundiária brasileira, a implantação dos assentamentos altera profundamente a vida das famílias envolvidas, significando uma nova possibilidade.

Palavras-chave: desenvolvimento; reforma agrária; assentamento; família.

Abstract

The objective of this study was to analyze the impacts of the deployment of the settlements in the life and development of families settled in the southern region of the state of Rio Grande do Sul. For this we used the concept of sustainable development proposed by Ignacy Sachs, constituted by five dimensions: social, cultural, economical, environmental and spatial/territorial. We opted for the realization of a multiple case study, analyzing two settlements, deployed in different territorial contexts, respectively in the cities of Canguçu and Candiota. The technique used for data collection was the semi-structured interview, being considered for analysis the totality of the existing families in those two settlements. The results demonstrated a positive impact on different considered dimensions indicating a significant improvement in quality of life in the families settled, although there are challenges yet. The intensity of these impacts is directly influenced by the territorial context in which the settlements are inserted, determining their development possibilities. We finally found that, although does not cause significant changes in the Brazilian agrarian structure, the deployment of the settlements profoundly alters the lives of the families involved, meaning a new possibility.

Keywords: development; agrarian reform; settlement; family.

Resumen

El presente trabajo tiene como objetivo analizar los impactos de la implantación de los asentamientos en la vida de las familias que viven en las tierras ocupadas en la región sur del estado de "Rio Grande do Sul", Brasil. La investigación tiene como base el concepto de desarrollo sustentable propuesto por Ignacy Sachs, constituido por cinco dimensiones: social, cultural, económica, ambiental y espacial/territorial. Se optó por la realización de un estudio de casos múltiples, analizando los asentamientos, implantados en distintos contextos territoriales, respectivamente en los municipios de "Canguçu" y "Candiota". La técnica utilizada para la recolección de los datos fue la entrevista semi-estructurada, siendo considerada en el análisis la totalidad de las familias existentes en los dos asentamientos. Los resultados demuestran un impacto positivo en las diferencias dimensiones consideradas y, aunque siguen los desafíos, la pesquisa indica una mejora significativa en la calidad de vida de las familias que viven en los asentamientos. La intensidad de estos impactos está directamente influenciada por el contexto territorial en el cual se inserta los asentamientos, determinando sus posibilidades de desarrollo. De esta manera, aunque no haya provocado alteraciones significativas en la estructura fundiaria brasileña, se constató que la implantación de los asentamientos altera profundamente la vida de las familias involucradas en este proceso, significando una nueva posibilidad.

Palabras clave: desarrollo; reforma agraria; asentamiento; familia.

INTRODUÇÃO

A apresentação dos dados relacionados à estrutura fundiária brasileira, levantados pelo Censo Agropecuário de 2006, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, não deixam margem à dúvida: o processo de concentração da terra no Brasil não só se manteve como se intensificou no período observado entre os últimos censos (1995-2006). O índice de Gini, utilizado para medir a concentração fundiária, elevou-se em 1,9 % nos últimos dez anos. Ainda que mereçam maior aprofundamento, duas questões podem ser sugeridas a partir desta revelação: (a) o modelo predominante de desenvolvimento adotado para o meio rural brasileiro neste período, representado pelo agronegócio, atuou reforçando a concentração fundiária; (b) a reforma agrária, ou a democratização da terra no Brasil, continua sendo uma promessa não cumprida.

116

Entremeio a essa realidade, a luta pela terra permanece, realizada por agricultores e famílias sem terra, organizados em diversos movimentos, sendo atualmente com maior expressão o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. A política de implantação de assentamentos, realizada neste período, aparece em tal contexto como uma medida pontual, efetivada com o propósito de atenuar os conflitos e a tensão no campo, paliativa. Em função disso, os movimentos sociais que lutam pela terra consideram os assentamentos implantados, como resultado, conquistado a partir de suas lutas.

O caráter social implícito dessa política de assentamentos não possibilita a ocorrência de alterações profundas, estruturais, no sistema econômico e nas relações sociais estabelecidas. Entretanto, ao nível das famílias

agricultoras envolvidas, estabelece-se uma ruptura, o antes e o depois de ser assentado, provocando mudanças profundas na trajetória e na perspectiva de vida. Abre-se um novo período de adaptações, desafios e possibilidades, o redesenho da vida. Simultaneamente este processo ocorre no entorno aos assentamentos, ao nível dos municípios e até dos territórios envolvidos.

Este artigo insere-se nesse contexto, com o objetivo de compreender os impactos da implantação dos assentamentos sobre a vida e o desenvolvimento das famílias assentadas. Espera-se revelar os aspectos positivos e os desafios enfrentados pelas famílias no cotidiano da vida no assentamento. Não se pretende simplesmente apresentar resultados numéricos, algo usual no senso comum, pois o desenvolvimento é aqui entendido como um processo que está em curso e não um experimento cartesiano, com início, meio e fim, onde acredita-se poder controlar e prever as variáveis. Além disso, tratam-se de pessoas com aspirações e opções individuais (não lineares), ainda que determinadas materialmente pelo contexto social e momento histórico em que estão inseridas.

Pretende-se com esta perspectiva estabelecer um debate em torno do desenvolvimento superando a exclusividade geralmente atribuída à dimensão econômica, colocando-a em discussão simultaneamente às demais dimensões consideradas. Enfim, espera-se contribuir para a melhoria da política de implantação dos assentamentos fornecendo uma avaliação a partir das opiniões das famílias assentadas, levantadas através das entrevistas, ou seja, a visão de quem está vivenciando o processo.

Assim o presente artigo divide-se em

quatro seções: a primeira seção efetua alguns esclarecimentos sobre os referenciais teóricos adotados; a segunda trata dos procedimentos metodológicos utilizados e o trabalho de campo; na terceira parte são apresentados os resultados e discussão; a quarta seção dedica-se às considerações finais do trabalho.

DISCUTINDO O DESENVOLVIMENTO: APORTE TEÓRICO

A origem histórica do termo desenvolvimento remete ao período pós Segunda Guerra Mundial (1945), no contexto da chamada Guerra Fria, onde, sob a hegemonia dos Estados Unidos, discutia-se o que fazer com os países aliados (capitalistas) em reconstrução. Na caracterização daquele momento, Martins (2004, p.5) ressalta que o desenvolvimento implicaria em processos de mudanças sociais em direção a um ideal de modernização referenciado no padrão de consumo da sociedade norte-americana.

Nesta perspectiva o mundo (capitalista) encontrava-se dividido entre os países desenvolvidos e os países subdesenvolvidos ou 'em desenvolvimento'. O caminho a ser seguido até alcançar a etapa superior era, obviamente, o processo de modernização capitalista já percorrido pelos países desenvolvidos. A ideia de subdesenvolvimento já trazia embutido o que seria a sua superação: o desenvolvimento (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.63). Dessa forma a noção de desenvolvimento foi predominantemente considerada sinônimo de crescimento econômico e progresso, situando-se desde a origem no marco do modo de produção capitalista de desenvolvimento.

Embora outras abordagens críticas a essa perspectiva tenham emergido, esta visão tem

sido hegemônica desde então, e mesmo aos sinais de crise, embora se mude a roupagem ou enunciado, o prognóstico acaba sendo sempre mais do mesmo: desenvolvimento.

A perspectiva da sustentabilidade emerge neste contexto, a partir da Conferência de Estocolmo realizada em 1972, após a publicação do relatório *Os limites do crescimento*¹. Assim, o termo desenvolvimento sustentável inaugura este período de crítica ao padrão de produção dos países do norte, embora posteriormente acabe assumindo um aspecto regulatório de proposição de limites e compensações (PORTILHO, 2005, p.50).

Somente no final do século passado, diante das evidências de esgotamento do modelo preconizado pelo ideário da modernização capitalista e frente à intensificação da demanda pela construção de um novo paradigma é que se retoma a atenção ao desenvolvimento sustentável, uma ideia que ganhou força no senso comum, seja pela propaganda promovida pelos interesses do capital (aspecto regulatório), seja pelas crescentes mobilizações sociais. Percebe-se assim que a sutileza das palavras ou enunciados pode por vezes encerrar diferentes perspectivas e interesses, não escapando as relações de poder presentes na sociedade.

Assim, adotou-se para este trabalho a ideia do desenvolvimento sustentável, principalmente na tentativa de superação da visão economicista e reducionista do desenvolvimento. Acredita-se que a utilização do conceito, conscientes de seus limites e possibilidades, nos permite estabelecer um contraponto à lógica dominante, além de permitir a reflexão para a necessidade e possibilidade de um novo paradigma de desenvolvimento.

Optou-se então por trabalhar com a ideia de sustentabilidade proposta por Sachs, pioneiro na proposição do 'ecodesenvolvimento', termo que originou a reflexão posterior sobre sustentabilidade. Para o autor, o desenvolvimento ligado à ideia de sustentabilidade compreende cinco dimensões: *dimensão social*, que deve considerar o desenvolvimento abrangendo todo o espectro de necessidades materiais e não materiais, cujo objetivo é construir uma civilização do 'ser', em que exista maior equidade na distribuição do 'ter'; *dimensão econômica*, possibilitada por uma alocação e gestão mais eficientes dos recursos avaliada em termos macrosociais ao invés de basear-se em critérios de lucratividade empresarial; *dimensão ecológica*, com autolimitação do consumo material pelos países ricos e camadas sociais privilegiadas, redução do volume de resíduos e poluição, limitação do uso de combustíveis fósseis, regulação das regras de utilização pelos órgãos institucionais e intensificação da pesquisa de tecnologias limpas; *dimensão cultural*, que busca modelos endógenos, plurais, que respeitem as especificidades de cada ecossistema, de cada cultura e local; *dimensão espacial*, voltada a uma configuração rural e urbana mais equilibrada e melhor distribuição territorial de assentamentos humanos e atividades econômicas (SACHS, 1993, p.24-26).

A CONCEPÇÃO DO MÉTODO

Considerando o objetivo geral proposto pelo trabalho, de compreender os impactos dos assentamentos sobre a vida e o desenvolvimento das famílias assentadas, optou-se pela realização de um estudo de casos múltiplos, com enfoque em dois casos, ou seja,

considerando-se dois assentamentos para a realização do trabalho. Essa técnica permite a realização do contraste entre os dados levantados, estendendo incomensuravelmente a capacidade de generalização das descobertas em comparação àquelas retiradas de um único caso (YIN, 2005, p.76). Nesta perspectiva, procedeu-se a seleção de dois assentamentos situados em distintos contextos territoriais, com a intenção de observar a influência do território sobre os impactos no desenvolvimento da vida e cotidiano das famílias.

Os dois assentamentos selecionados estão localizados na área de abrangência do território Zona Sul² do estado do Rio Grande do sul, visualizado na Figura 1. São eles: o assentamento 12 de Julho, composto por 22 famílias, localizado no município de Canguçu, território característico de minifúndios e forte presença de agricultura familiar; e o assentamento Santa Lúcia, composto por 35 famílias, localizado no município de Candiota, território onde predominam latifúndios e grandes propriedades. Ambos os assentamentos foram implantados durante o ano de 1989. As famílias que compõem os dois assentamentos são oriundas do acampamento da fazenda Anoni³, ocorrido em 1985, no município de Sarandi, localizado na região de origem das famílias, o norte do estado. Dessa forma, as famílias, além de originárias da mesma região (municípios próximos com semelhante contexto territorial), atravessaram juntas o período anterior de luta pela terra até a conquista dos assentamentos, momento em que os destinos propostos as separaram. A trajetória da imigração realizada pelas famílias pode ser observada na Figura 2.

Optou-se por trabalhar com o universo

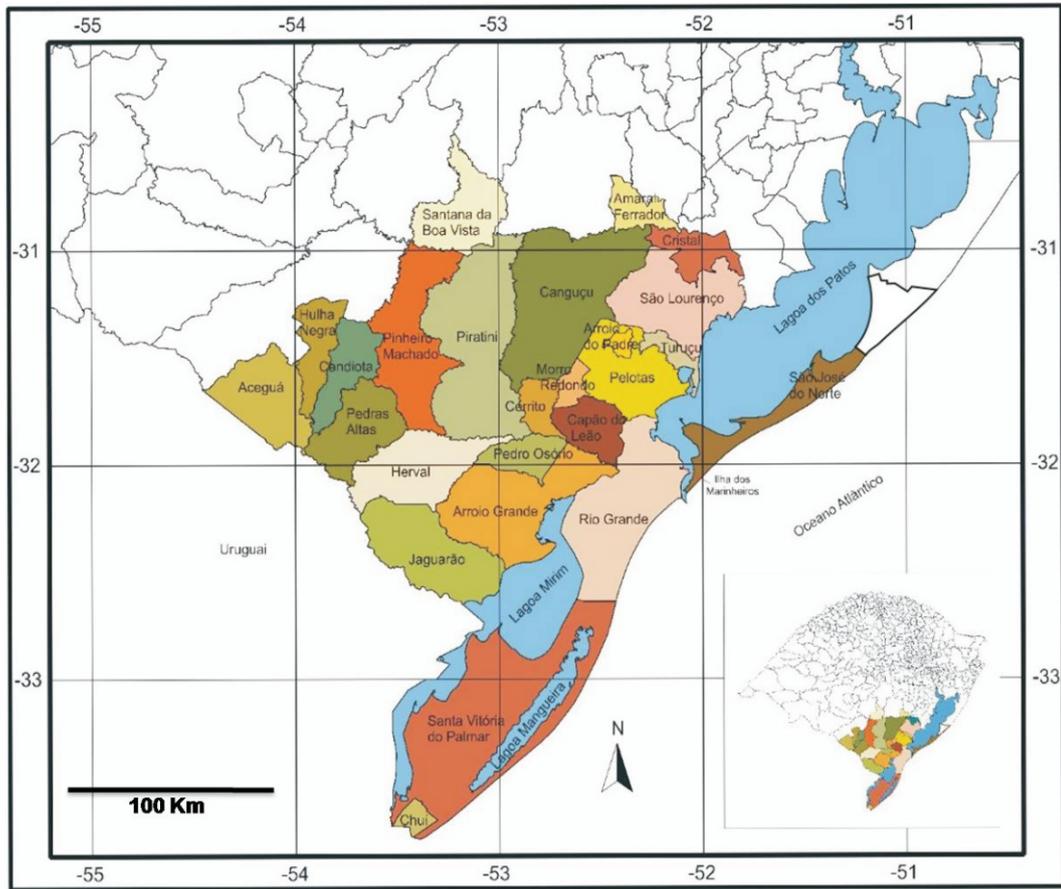


FIGURA 1 - Mapa do Território da Cidadania Zona Sul do estado do Rio Grande do Sul.
Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Territorial/MDA, 2010.

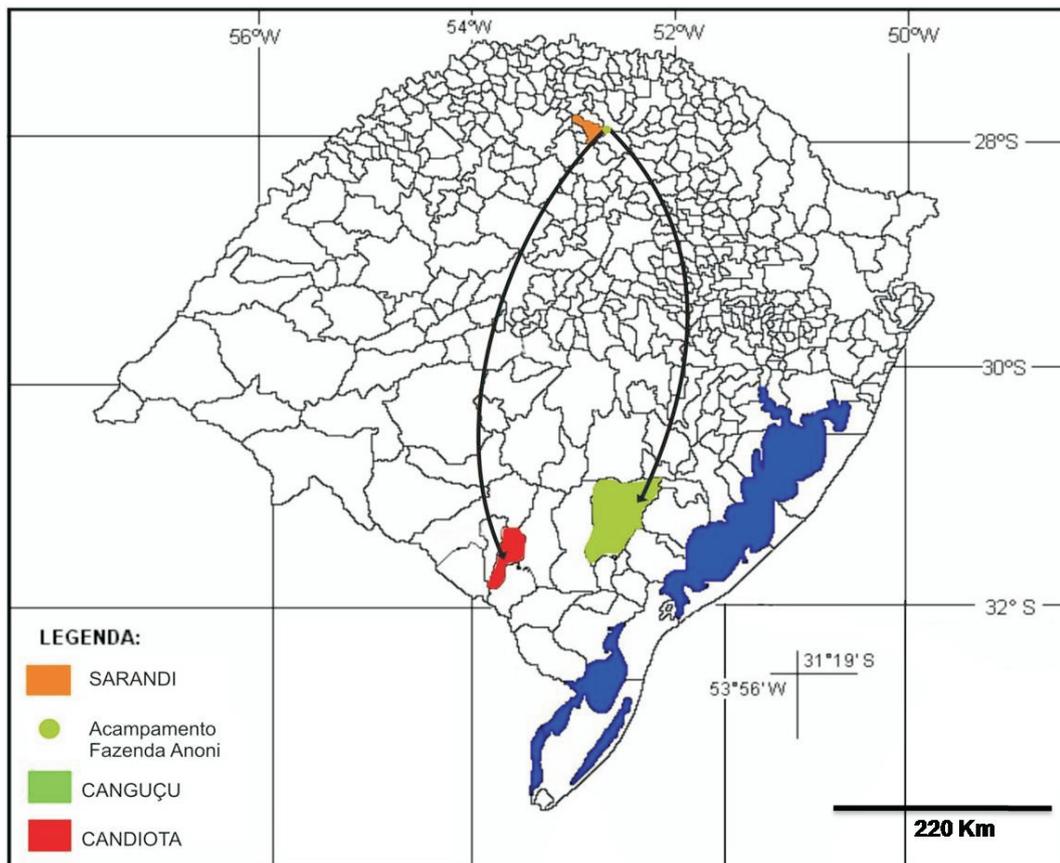


FIGURA 2 - Rota de imigração das famílias: acampamento fazenda Anoni - assentamento.
Fonte: Anuário Estatístico 2001, adaptação do autor

das famílias, já que se considerou essencial obter uma leitura tanto ao nível das famílias como uma visão global do assentamento. Neste sentido a compreensão da totalidade do assentamento não pode ser apreendida senão a partir da diversidade de situações que o compõe, sendo a amostragem uma técnica considerada insuficiente para tal objetivo. O instrumento utilizado para o levantamento dos dados foram as entrevistas efetuadas através de questionário estruturado semi-aberto. Os dados obtidos nas entrevistas, ou seja, a visão das famílias sobre o processo de desenvolvimento foi considerada a informação central de onde parte a análise, embora tenha-se recorrido a dados de fontes secundárias para ampliar o debate proposto. Os dados levantados foram sistematizados e depois agrupados nas cinco dimensões do desenvolvimento propostas por Sachs.

DESENVOLVIMENTO E COTIDIANO: A DIFÍCIL ARTE DE REINVENTAR A VIDA

Esta seção está destinada à apresentação e discussão dos resultados. Os dados referentes aos dois assentamentos serão apresentados simultaneamente possibilitando uma visão panorâmica e análise comparativa do desenvolvimento nos dois contextos considerados.

DIMENSÃO SOCIAL BÁSICA

Educação

Quanto ao tema da educação, inicialmente buscou-se caracterizar o casal principal que compõe a família quanto ao grau de escolaridade. No assentamento 12 de Julho obteve-se uma escolaridade média do casal de 4,26 anos de estudo e no assentamento Santa Lúcia 4,05 anos de estudo, o que corresponde

nos dois assentamentos à 4ª série do Ensino Fundamental em média. Dado semelhante foi encontrado por Heredia et. al (2002, p.82) ao estudar os impactos regionais da reforma agrária no Brasil, observou que 87% dos responsáveis pelo lote possuem grau de escolaridade máximo até a 4ª série. Destaca-se ainda uma ligeira diferenciação entre a média de escolaridade do homem e da mulher, sendo nos dois casos estudados, superior para a mulher respectivamente 4,52 anos no 12 de Julho e 4,4 anos no Santa Lúcia. Pode-se inferir a partir destes dados que as condições que determinavam o grau de escolarização das famílias anteriores ao assentamento eram semelhantes, o que pode ser observado pela procedência das famílias da mesma região de origem tendo como ocupação principal anterior a agricultura.

Sobre os filhos, observou-se uma média de 3,45 filhos por família no assentamento 12 de Julho e 3,33 filhos por família no assentamento Santa Lúcia. Para efetuar-se uma comparação entre a escolaridade dos pais e filhos, procedeu-se uma separação entre os filhos que frequentam a escola e os filhos que já pararam de estudar, utilizando somente os dados dos filhos que já pararam de estudar para esta análise. Os dados podem ser visualizados na Figura 3. Observa-se que no assentamento 12 de Julho mais da metade dos filhos que pararam de estudar completaram o Ensino Médio, correspondendo a 51,06% (44% completaram o Ensino Médio + 7,06% completaram o Ensino Superior). Já no assentamento Santa Lúcia, a maior parte dos filhos parou de estudar até o fim do Ensino Fundamental, correspondendo a 76,12% (35,82% completaram o Ensino Fundamental + 40,3% não completaram o Ensino

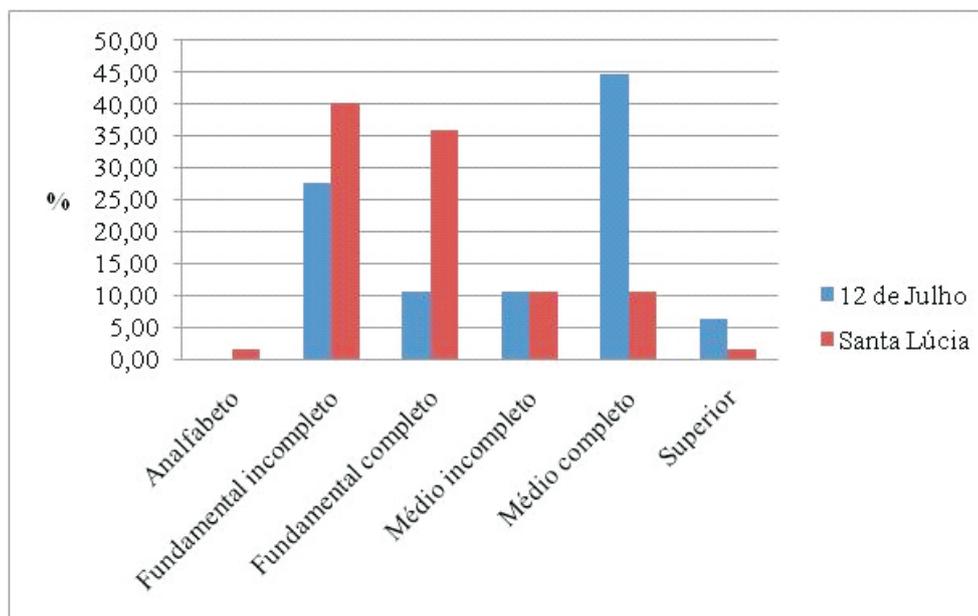


FIGURA 3 - Nível de escolaridade dos filhos que pararam de estudar.
Fonte: dados da pesquisa (AUTOR, 2010).

Fundamental). Nos dois casos, as escolas existentes nos assentamentos são até a 4ª série no 12 de Julho e até a 6ª série no Santa Lúcia, sendo a complementação do Ensino Fundamental realizada nas escolas em localidade próxima aos assentamentos. Para realização do Ensino Médio os jovens têm de se deslocar até a cidade nos dois casos, implicando em custos para as famílias. Contraditoriamente o assentamento 12 de Julho que apresenta maior distância até a cidade (60km) foi o que mais avançou no grau de escolarização, se comparado ao Santa Lúcia, cuja distância até a cidade é menor (9km). Essa diferenciação aparentemente não pode ser compreendida isoladamente, senão no conjunto das demais dimensões do desenvolvimento analisadas.

Comparando-se a escolaridade média dos pais com a dos filhos (que pararam de estudar), observamos a partir da Figura 4 uma significativa evolução no nível de escolaridade entre as gerações nos dois assentamentos, sendo maior para o 12 de Julho, onde a escolaridade média elevou-se de 4,26 anos (4ª

série) para 9,2 anos de estudo (1º ano do Ensino Médio) e no Santa Lúcia de 4,05 anos (4ª série) para 7,3 anos de estudo (7ª série). Considera-se, portanto, que a implantação dos assentamentos promoveu um impacto positivo sobre o nível de escolarização das famílias.

Saúde

Sobre o tema da saúde o enfoque direcionou-se à disponibilização das unidades de serviço público e ao grau de satisfação das famílias com o serviço oferecido. Nos dois assentamentos não existe posto de saúde disponível. A segunda opção de atendimento seria a unidade móvel, disponível apenas no assentamento 12 de Julho, localizado no município de Canguçu, que atua ali com uma frequência de 40 dias em média. Na terceira opção está o deslocamento até a cidade mais próxima aos assentamentos para atendimento no Pronto Socorro onde, conforme a necessidade ocorre o encaminhamento para consulta com um especialista. A Figura 5 ilustra o grau de satisfação das famílias com

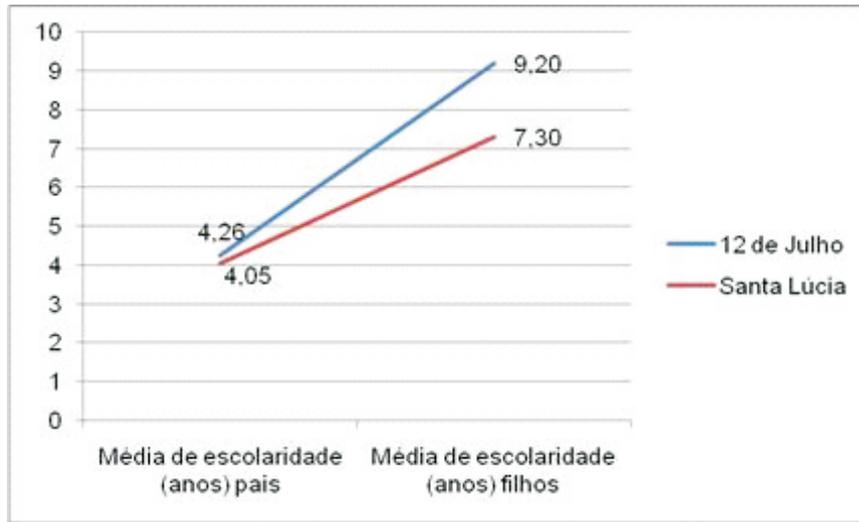


FIGURA 4 - Evolução da escolaridade entre as gerações.
 Fonte: dados da pesquisa (AUTOR, 2010).

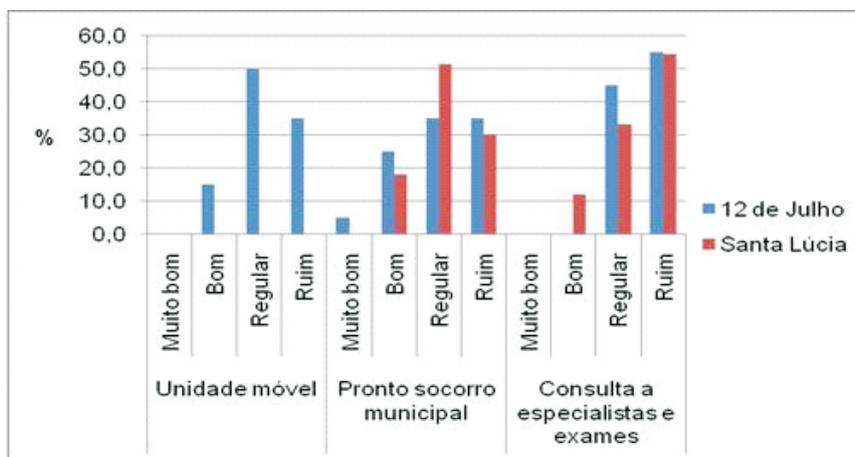


FIGURA 5 - Nível de satisfação das famílias com os serviços de saúde pública.
 Fonte: dados da pesquisa (AUTOR, 2010).

estas unidades de serviço consideradas.

Constata-se que ao nível da unidade móvel, no caso do 12 de Julho, o atendimento foi considerado predominantemente regular por 50% das famílias e ruim para 35% das famílias, totalizando 85% das famílias com baixo nível de satisfação. Quanto ao Pronto Socorro municipal, no 12 de Julho o atendimento foi classificado como regular por 35% das famílias e ruim por 35%, indicando também o baixo nível de satisfação com o serviço apontado por 70% das famílias. No assentamento Santa Lúcia este serviço foi considerado regular por 51,52% das famílias e ruim por 30,3%, correspondendo a uma desaprovação de 81,82% das famílias. A

situação é ainda mais desfavorável para o acesso à consulta com especialistas e exames, sendo que, na opinião das famílias do 12 de Julho, 55% consideram ruim o acesso e 45% regular, ou seja, 90% das famílias entrevistadas, e no assentamento Santa Lúcia 54% consideram ruim e 33,12% regular, correspondendo a 87,12% das famílias entrevistadas. Dessa forma percebe-se o baixo grau de satisfação das famílias com todos os níveis de atendimento públicos à saúde em geral.

Infraestrutura social

Compreende-se como infraestrutura social básica a disponibilidade de água, energia

elétrica, estrada, moradia, linha de ônibus até a cidade, entre outros. Estes itens considerados básicos à reprodução social, segundo relatos das famílias, foram conquistados em sua maioria através de mobilizações e reivindicações.

O nível de satisfação das famílias com as condições das estradas podem ser visualizados na Figura 6. No assentamento 12 de Julho, 70% das famílias consideraram regulares, já no Santa Lúcia 63,64% consideraram ruins as condições das estradas. Em estudo realizado por Heredia et al. (2002, p.89), 70% dos assentados entrevistados opinaram que as estradas não são boas, sendo que em metade delas ocorre inacessibilidade na época das chuvas, fato também evidenciado nas entrevistas dos dois assentamentos considerados. Quanto à frequência de reparação das estradas, nos dois assentamentos foram apontados mais de seis meses de espera pela maioria das famílias entrevistadas, 75% no 12 de Julho e 55% no Santa Lúcia.

A situação das moradias, também ilustrada na Figura 6, foi considerada boa e regular pela maioria das famílias no 12 de Julho e regular e ruim no Santa Lúcia. Nos dois assentamentos não foi acessado recurso para implantação das casas, as quais foram construídas com recursos próprios. Com relação à disponibilidade de água, com exceção de três famílias no assentamento Santa Lúcia, todas dispõem de água encanada em casa, a partir de poço artesiano.

Quanto à energia elétrica, nos dois casos a rede foi implantada somente depois de passados sete anos da chegada das famílias, com recursos do projeto FEAPER (linha de crédito operacionalizada pelo banco Banrisul),

quitado em parcelas pelas famílias posteriormente. No assentamento 12 de Julho, as famílias foram ressarcidas posteriormente através do Programa Luz para Todos⁴, já no assentamento Santa Lúcia o processo efetuado pelas famílias na justiça ainda não foi solucionado. Essa dificuldade de acesso a energia elétrica evidencia as condições em que foram recebidos os assentamentos na região sul do RS, contrastando com a situação encontrada no assentamento da Ramada, implantado no mesmo período, com famílias também oriundas do acampamento da fazenda Anoni, no município de Júlio de Castilhos, localizado na mesoregião centro-ocidental do RS, onde as famílias foram contempladas com energia elétrica no segundo ano do assentamento (BUTH, 2005, p.120).

Sobre o deslocamento até a cidade, são utilizadas predominantemente as linhas de ônibus disponíveis, cuja frequência no assentamento 12 de Julho é uma vez por semana, e no assentamento Santa Lúcia a frequência é diária. Outros meios de transporte também são utilizados, conforme os dados apresentados na Tabela 1. No assentamento 12 de Julho, 70% das famílias entrevistadas possuem moto e 35% possuem carro. Já no assentamento Santa Lúcia apenas 21% possuem moto e 24% possuem carro. Comparando-se com os dados do Censo Agropecuário 2006⁵, somente 5% dos assentados no Brasil possuem carro e 9% possuem moto. No Rio Grande do Sul este número sobe já que lá 14% dos assentados possuem carro e 10% possuem moto. Dessa forma os dois assentamentos estudados encontram-se acima dos índices apresentados pelo Censo.

Com relação aos meios utilizados para

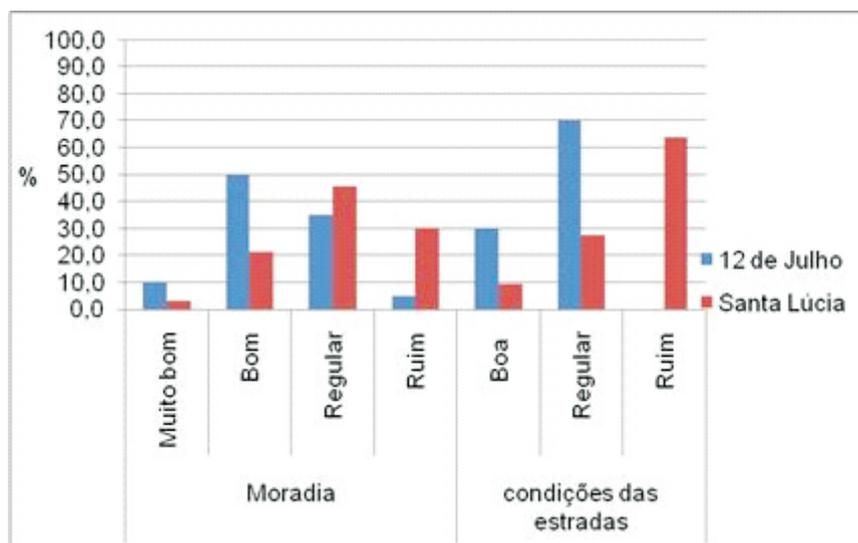


FIGURA 6 - Nível de satisfação das famílias com as condições de infra-estrutura.
 Fonte: dados da pesquisa (AUTOR, 2010).

| Assentamento | 12 de Julho | | Santa Lúcia | | |
|--------------------------|------------------|----|-------------|----|-------|
| | Indicador | Nº | % | Nº | % |
| Comunicação e informação | televisão | 19 | 95,00 | 28 | 84,85 |
| | parabólica | 17 | 85,00 | 10 | 30,30 |
| | telefone celular | 17 | 85,00 | 28 | 84,85 |
| | computador | 3 | 15,00 | 1 | 3,03 |
| Veículos disponíveis | moto | 14 | 70,00 | 7 | 21,21 |
| | carro | 7 | 35,00 | 8 | 24,24 |

TABELA 1 - Disponibilidade de equipamentos utilitários para comunicação e transporte, por assentamento.
 Fonte: dados da pesquisa (AUTOR, 2010).

comunicação e informação, observou-se que a televisão está presente em 95% das famílias no 12 de Julho e em 84,85% das famílias no Santa Lúcia, seguido pelo telefone celular presente em 85% das famílias no 12 de Julho e em 84,85% no Santa Lúcia. A utilização de antena parabólica ocorre em 85% das famílias no assentamento 12 de julho e em apenas 30,3% das famílias no assentamento Santa Lúcia. A disponibilidade de computadores foi evidenciada em apenas 15% das famílias no 12 de Julho e 3,03% no Santa Lúcia. Os dados apresentados pelo Censo Agropecuário 2006 indicam que 82% dos assentados no estado possuem televisão, sendo 42% com antena parabólica. Quanto a utilização de computadores o Censo aponta que somente

1,8% dos estabelecimentos assentados no estado dispõe. Assim o assentamento 12 de Julho encontra-se bem acima dos números revelados pelo Censo, já o Santa Lúcia encontra-se semelhante aos dados do Censo.

Enfim, consideram-se os três temas abordados nesta dimensão: educação, saúde e infraestrutura social, como determinantes à permanência das famílias no assentamento e das condições de sua reprodução social. Evidenciou-se a partir dos relatos que o acesso a estas condições mínimas de desenvolvimento não foi garantido senão a partir da mobilização e reivindicação das famílias. A viabilização destas condições proporcionou um redesenho nas localidades beneficiando não só os assentamentos, mas

também as comunidades do entorno, dinamizando as relações sociais e econômicas do território. O destaque negativo aparece nas condições de acesso aos serviços de saúde pública.

Dimensão cultural

Nesta dimensão serão abordados apenas dois aspectos, quais sejam, as formas organizativas existentes nos dois assentamentos e as opções de lazer disponíveis, considerando que a amplitude de fatores que compõe a questão cultural remetem à análise mais aprofundada, a qual não é objeto específico deste artigo. Com relação às formas de organização existentes nos assentamentos, observou-se, conforme demonstrado na Tabela 2, que o assentamento 12 de Julho dispõe de uma diversidade maior de alternativas organizativas se comparado com o assentamento Santa Lucia. Quanto às iniciativas na área da produção destacam-se no assentamento 12 de Julho a existência de uma associação de máquinas e um grande número de cooperativas, que atuam nas áreas de produção orgânica (Cooperativa Sul Ecológica), leite (Cooperativas Copal e Terra Nova), grãos (União das Associações do Interior de Canguçu - UNAIC) e crédito (Cooperativa de Crédito Rural Horizontes Novos -CREHNOR). No assentamento Santa

Lúcia existe apenas uma cooperativa, criada pelos assentados, que atua na produção leiteira (Cooperativa Regional dos Assentados - COOPERAL). Essa inexistência de outras organizações de comercialização e produção, principalmente na área de grãos, é um dos principais problemas para o desenvolvimento da produção apontado pelas famílias no assentamento Santa Lúcia. Percebe-se claramente a partir dos dados demonstrados a diferença entre o contexto social nos quais se encontram os assentamentos. Com relação ao assentamento 12 de Julho, território de minifúndios e forte presença da agricultura familiar, o assentamento acaba beneficiando-se das organizações existentes e interagindo com elas. O oposto ocorre no assentamento Santa Lúcia, o qual enfrenta maiores dificuldades por estar localizado em um território de latifúndios e grandes propriedades, onde não há organizações da agricultura familiar.

Referindo-se às alternativas de convívio e opções de lazer existentes, o assentamento 12 de Julho possui uma comunidade que funciona ativamente aos finais de semana. Além disto, os assentados costumam frequentar as festas e salões das comunidades do entorno ao assentamento. No assentamento Santa Lúcia há um salão da comunidade, mas encontra-se fechado, sendo utilizado somente para

| Indicador/Assentamento | 12 de Julho | Santa Lúcia |
|------------------------|--|----------------------------|
| Associação | Associação de máquinas | Não |
| Comunidade | Sim, em funcionamento | Não funciona |
| Igreja | Sim, católica | Sim, católica e evangélica |
| Cooperativa | Sul Ecológica, Copal, Terra Nova, Crehnor, Unaic | Cooperal |
| Grupo de mulheres | Sim, em funcionamento | Não |

TABELA 2 - Formas de organização existentes nos assentamentos.
Fonte: dados da pesquisa, (AUTOR, 2010).

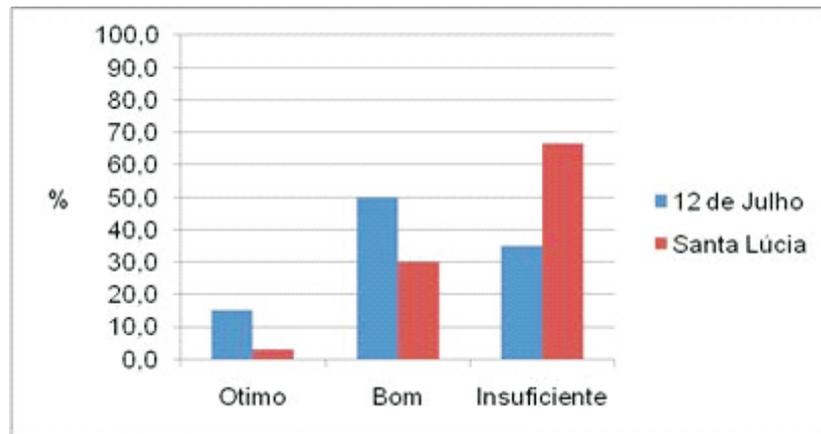


FIGURA 7 - Grau de satisfação das famílias com as opções de lazer existentes.
Fonte: dados da pesquisa (AUTOR, 2010).

realização de reuniões. Como não há alternativas no entorno do assentamento, alguns assentados, principalmente os mais jovens acabam deslocando-se até a cidade nos fins de semana. Observa-se dessa forma um convívio e interação maior das famílias no assentamento 12 de Julho, embora este fique a 60km da cidade, enquanto no Santa Lúcia, ainda que a distância da cidade seja apenas 9km, a sensação de isolamento das famílias parece ser bem maior. A partir da Figura 7 percebe-se o grau de satisfação das famílias com as opções de lazer existentes já comentadas.

Há ainda as instâncias organizativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, as quais se encontram constituídas, ao nível dos assentamentos, por grupos compostos por até 10 famílias, chamados de núcleos de base, e coordenação do assentamento, compostas por um representante de cada núcleo de base. Nos dois assentamentos estudados as instâncias existem, mas não funcionam periodicamente, apenas quando há alguma questão a ser discutida ou alguma decisão a ser tomada pelas famílias.

Renda e reprodução familiar

Na caracterização do sistema de produção observado nos dois assentamentos, os dados visualizados na Figura 8 revelam uma estratégia de diversificação da produção, observada através da identificação de grande número de atividades praticadas nos dois assentamentos, sendo 20 linhas de produção entre culturas agrícolas e criações animais encontradas no 12 de Julho e 19 no assentamento Santa Lúcia. O elevado nível de envolvimento das famílias nas linhas de produção parece confirmar esta estratégia, adotada pela maior parte das famílias nos dois assentamentos. A ligeira diferença observada no envolvimento das famílias nas diversas linhas de produção entre os dois assentamentos permite constatar que o sistema adotado encontra-se mais consolidado no assentamento 12 de Julho, já que neste ocorre uma participação percentual superior das famílias em 18 das 21 linhas de produção existentes.

Esse sistema de produção diversificado encontra-se direcionado prioritariamente para o consumo interno das famílias e da produção. A comercialização está baseada na produção de excedentes, com exceção das culturas da

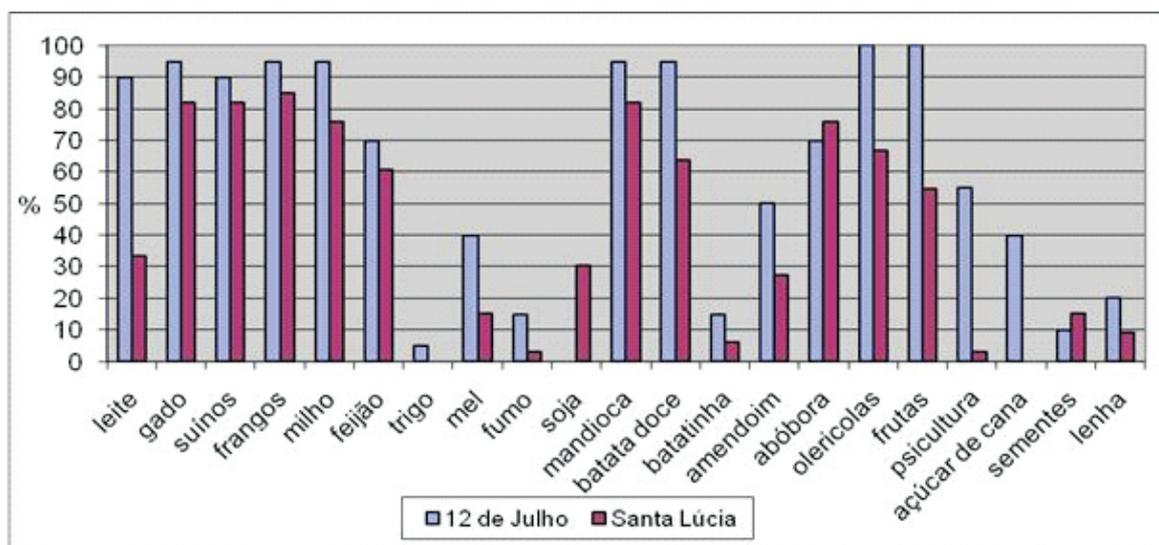


FIGURA 8 – Famílias envolvidas por linha de produção em percentual
 Fonte: dados da pesquisa (AUTOR, 2010).

| | 12 de Julho | | Santa Lúcia | |
|--------------------------|------------------|-----------------|-----------------|---------------|
| | Fam./ano | Fam./mês | Fam./ano | Fam./mês |
| Entradas | | | | |
| Renda agrícola | 16.015,67 | 1.334,64 | 9.341,16 | 778,43 |
| Renda não agrícola | 2.972,40 | 247,70 | 4.702,20 | 391,85 |
| Saídas | | | | |
| Desembolso para produção | 2.551,58 | 212,63 | 2.217,34 | 184,78 |
| Despesas não agrícolas | 4.363,80 | 363,65 | 4.478,52 | 373,21 |
| Saldo | 12.072,69 | 1.006,06 | 7.347,50 | 612,29 |

TABELA 3 - Balanço financeiro (R\$) da unidade de produção familiar, por assentamento.
 Fonte: dados da pesquisa (AUTOR, 2010).

soja e do fumo (ocorrentes em poucas famílias), praticadas exclusivamente para comercialização. Essa diversidade de possibilidades de produtos para a comercialização confere certa estabilidade ao sistema produtivo, alternando a disponibilidade de oferta conforme a rentabilidade. Não há uma monocultura que prevaleça no sistema, embora o destaque seja a produção animal (corte e leite), com maior valor agregado, segundo as famílias. A importância da produção leiteira na geração de renda dos assentamentos localizados na região sul do estado, em especial no município de Candiota, foi evidenciada anteriormente por

Alves (2006, p.104).

Quanto ao balanço financeiro na unidade de produção familiar, constata-se, a partir da Tabela 3, a ocorrência de saldo positivo nos dois assentamentos estudados, sendo no assentamento 12 de Julho igual a R\$ 1.006,06 por família por mês e no Santa Lucia R\$ 612,29 mensais por família. Entretanto este saldo não significa moeda líquida, já que parte deste valor gerado encontra-se na forma de produtos que são consumidos internamente no lote, seja pela família, seja pelo sistema produtivo, correspondendo a R\$ 404,87 no assentamento 12 de Julho e R\$ 254,22 no assentamento Santa Lúcia. Na discussão acerca da geração de renda

nos assentamentos, Bergamasco (1997) destacou os dados encontrados no levantamento amostral realizado no I Censo da Reforma Agrária, onde foi identificada uma renda de até 2,5 salários mínimos mensais, o que corresponderia atualmente a R\$ 1.275,00⁶.

Foi verificada a ocorrência de renda não agrícola nos dois assentamentos, representando um ingresso em média de R\$ 247,70 por família por mês no assentamento 12 de Julho e R\$ 391,85 por família por mês no Santa Lúcia. Dentre as fontes de origem desta renda estão: trabalho temporário ou assalariado desenvolvido por algum membro da família, aposentadoria ou pensão e bolsa família. A diferença entre os valores da renda não agrícola observados nos dois assentamentos provavelmente é consequência das diferenças dos contextos territoriais onde estão localizados os dois assentamentos, sendo que no 12 de Julho as condições favorecem o desenvolvimento de atividades geradoras de renda a partir da produção no lote. Já no Santa Lúcia as dificuldades encontradas para produção motivam as famílias a procurarem outras fontes de renda complementares, sendo que encontram-se favorecidas pela proximidade do assentamento com a sede do município.

Dimensão ambiental

Quanto às práticas de conservação e preservação ambiental praticadas pelos assentados, visualiza-se na Figura 9 a baixa adesão em geral observada nos dois assentamentos. Ainda assim, destaca-se a utilização de sementes crioulas, principalmente no cultivo do milho, por 77,14% das famílias entrevistadas no assentamento Santa Lúcia. No assentamento

12 de Julho aparece a prática da agricultura ecológica por 17% das famílias entrevistadas, com produção destinada à comercialização, a qual é realizada através de uma cooperativa de agricultores familiares com abrangência regional. Este número representa avanço significativo, já que David (2005, p.149), ao estudar os assentamentos de Canguçu, em especial o 12 de julho, observou que não havia produtos oriundos de manejo agroecológico destinados a comercialização, sendo estas práticas restritas as áreas e culturas destinadas ao consumo familiar, denominadas subsistência. Entretanto, vale ressaltar que mesmo entre essas famílias que hoje aparecem com produção agroecológica destinada a comercialização, os produtos manejados desta forma ainda restringem-se as culturas das hortaliças e frutíferas.

Com relação ao modelo de agricultura praticado, constatou-se nas culturas do fumo, soja e sementes de hortaliças, as quais são manejadas como monoculturas em áreas extensivas, a continuidade na adoção de pacotes tecnológicos agroquímicos oriundos do período da modernização da agricultura conhecido como Revolução Verde.

Quanto às demais culturas, para as quais se atribuiu a designação 'lavoura' em referência à própria denominação utilizada pelos agricultores, a composição dos desembolsos pode ser observada a partir da Figura 10. Destacam-se a aquisição de adubos químicos no assentamento 12 de Julho, representando 46% do total dos desembolsos, e o elevado custo de mecanização para implantação das lavouras no assentamento Santa Lúcia, representando 40,4% do total dos desembolsos. Embora seja perceptível nos dois assentamentos a adesão ao mesmo tipo de

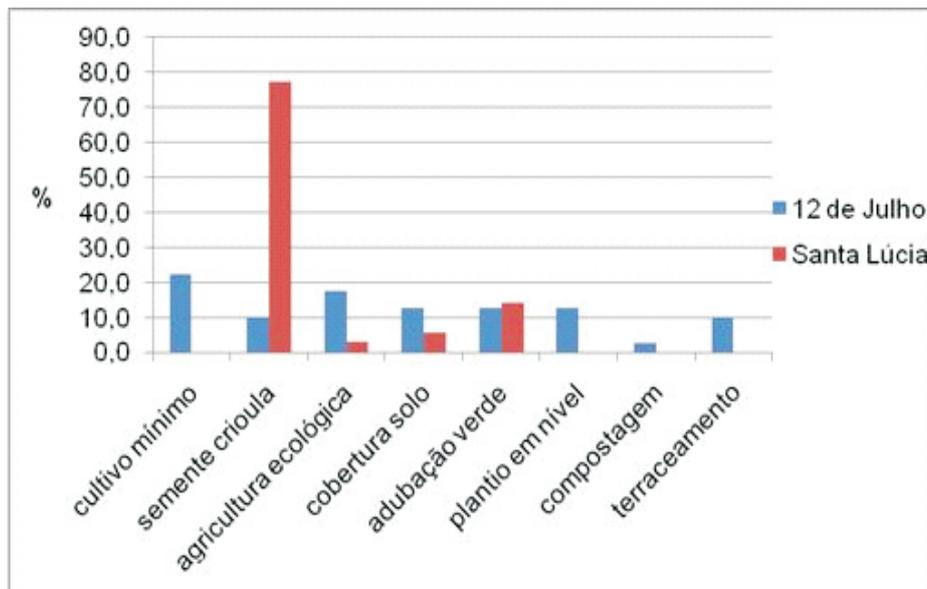


FIGURA 9 - Práticas de conservação e preservação ambiental realizadas nos assentamentos.
 Fonte: dados da pesquisa (AUTOR, 2010).

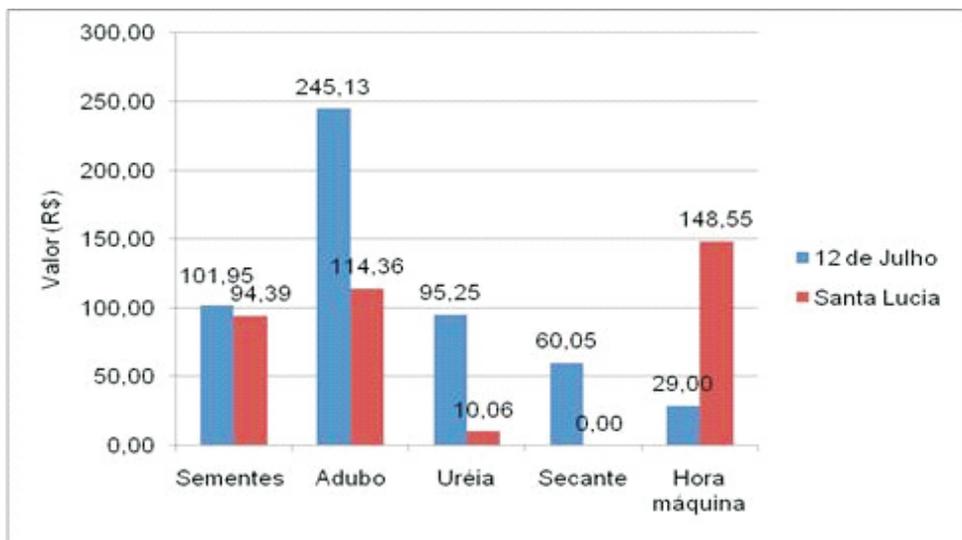


FIGURA 10 - Desembolso anual para área de lavoura.
 Fonte: dados da pesquisa (AUTOR, 2010).

insumos e manejos convencionais dos pacotes tecnológicos citados anteriormente, este ocorre em baixa escala, o que pode ser visualizado pelos valores absolutos demonstrados, respectivamente R\$ 581,38 em média por família no assentamento 12 de Julho e R\$ 367,36 por família no Santa Lúcia. Estes valores referem-se ao desembolso anual para a produção, considerando toda a área de lavoura plantada no estabelecimento. Se tomarmos como exemplo a recomendação de cultivo apenas para a cultura do milho em sistema de

plantio direto, indicado pela Embrapa para a safra 2007/2008, os desembolsos relativos a um hectare, para expectativa de colheita de 6.000kg, totalizam R\$ 957,13 entre mecanização, sementes, fertilizantes e agrotóxicos (EMYGDIO, 2008, p.166).

A partir destas reflexões pode-se constatar que o modelo de agricultura difundido pela Revolução Verde, com base em insumos externos, agroquímicos e mecanização, ainda está presente nos dois assentamentos estudados, revelando uma

situação contraditória, onde as famílias identificaram nas entrevistas este modelo como um dos fatores determinantes à expulsão da terra no passado recente e voltam a reproduzi-lo posteriormente, quando já assentadas. É claro que a dificuldade de superação do modelo também está relacionada a fatores não controlados pelas famílias como: a disponibilidade de insumos alternativos, a dificuldade de acesso a implementos e equipamentos adaptados, a assistência técnica, comercialização, entre outros. No entanto, a lógica de pensamento através da qual se manifesta a consciência parece confirmar o que dizia Marx (1979, p.72): “As idéias da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes”.

Dimensão territorial

Considerou-se nesta dimensão a percepção das famílias sobre: a influência dos assentamentos no desenvolvimento do município e território e, de outro lado, a influência dos governos municipal, estadual e federal no desenvolvimento do assentamento.

Com relação à influência dos assentamentos no desenvolvimento do município e território, as famílias nos dois assentamentos apontaram o redesenho da localidade proporcionado pela chegada do assentamento através da implantação das escolas, estradas, energia elétrica, poço artesianos, igreja, comércio, linha de ônibus, entre outros. Destaque é dado para a contribuição com o município através da produção, impostos, consumo e a entrada de recursos federais. No caso do assentamento Santa Lúcia, localizado no município de Candiota, foi destacada a participação ativa dos assentados no processo de discussão para

emancipação do município ocorrida em 1992. As questões levantadas pelas famílias refletem a análise de Chelotti (2008) para quem os impactos regionais provocados pelos assentamentos rurais relacionam-se com as transformações socioespaciais que ocorrem no entorno das áreas com assentamentos, destacando-se quatro dimensões: poder local e participação política, organização social e produtiva, dimensão territorial e ambiental e alteração demográfica e condições de vida.

Sobre a opinião das famílias com relação à contribuição do poder público para o desenvolvimento do assentamento, observa-se a partir da Figura 11 que os dois assentamentos consideraram entre regular e ruim a participação do poder público nas três esferas, sendo para o assentamento 12 de Julho predominantemente regular para os três níveis, e para o Santa Lúcia predominantemente regular a contribuição do poder público municipal e federal e ruim a contribuição do governo estadual. Para esta análise considerou-se o período compreendido desde a implantação do assentamento até os dias de hoje. Evidencia-se dessa forma o descontentamento e frustração das famílias para com o poder público em geral.

O antes e o depois

Apresentadas e discutidas as principais questões relacionadas ao desenvolvimento nas diferentes dimensões, buscou-se por fim compreender a opinião das famílias sobre os avanços e retrocessos das condições de vida ao compararem o período antes e depois de serem assentadas.

Analisando os dados apresentados na Figura 12, destacam-se o impacto positivo percebido pelas famílias na questão da

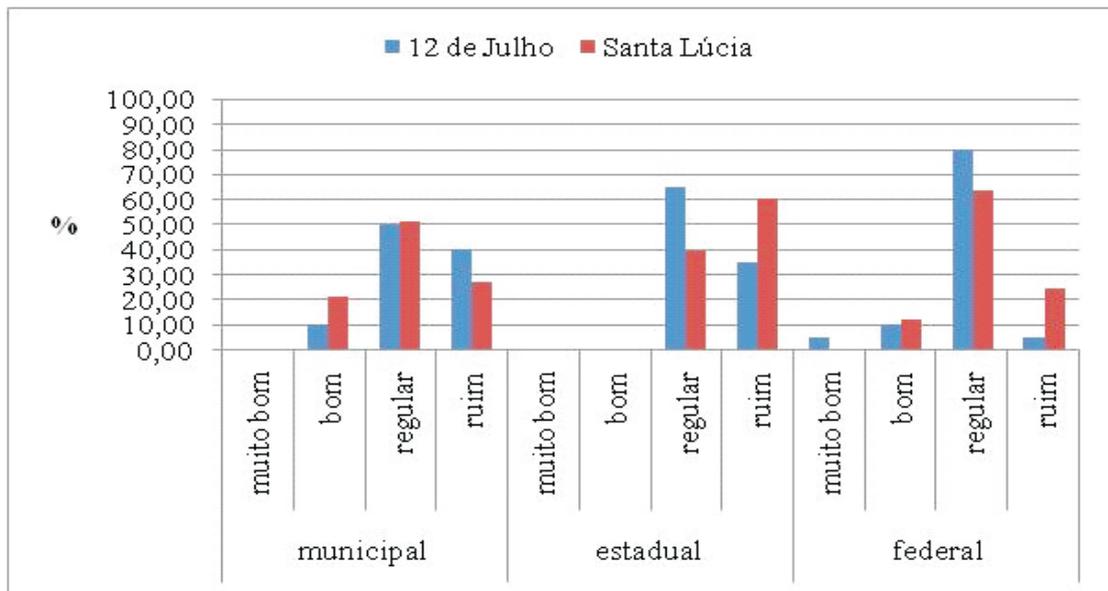


FIGURA 11 - Contribuição do poder público nas esferas municipal, estadual e federal sobre o desenvolvimento dos assentamentos, na opinião das famílias.
 Fonte: dados da pesquisa (AUTOR, 2010).

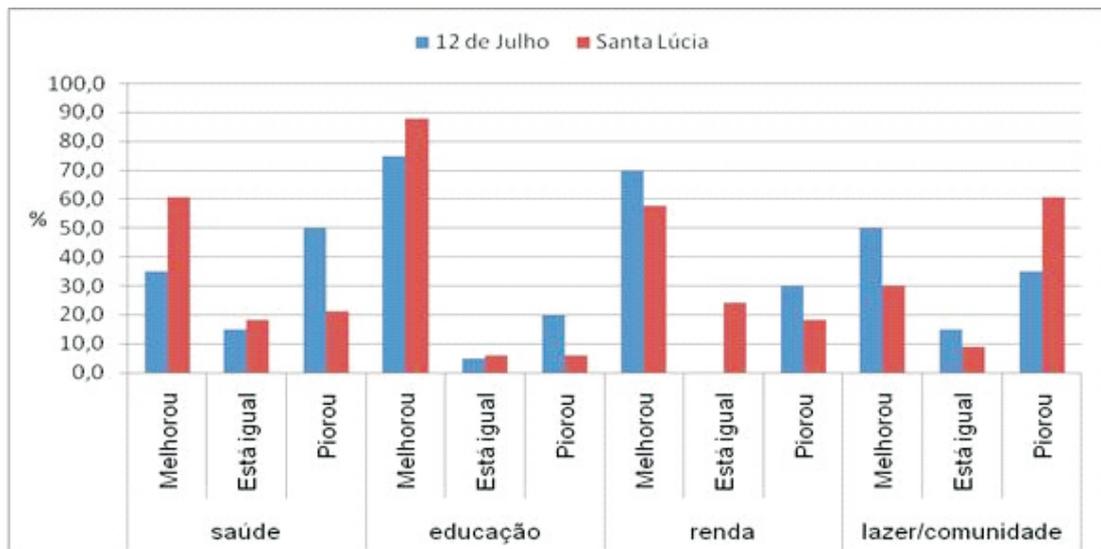


FIGURA 12 - Comparativo da situação da vida das famílias antes e depois de serem assentadas quanto às condições básicas de desenvolvimento, na opinião das famílias.
 Fonte: dados da pesquisa, (AUTOR, 2010).

educação e geração de renda após a implantação do assentamento. Quanto ao acesso aos serviços de saúde, a opinião confirma os resultados comentados anteriormente, na qual se evidenciam as dificuldades enfrentadas pelos dois assentamentos nesta questão, agravando-se no caso do 12 de Julho devido à distância do assentamento até a sede do município. Sobre as alternativas de lazer e vida em comunidade, o

contraste na avaliação entre os dois assentamentos também pode ser compreendido pela análise anterior, já que o 12 de Julho apresenta uma dinâmica organizativa interna mais intensa favorecida pelo contexto social de minifúndio no qual está inserido, sendo o oposto observado no assentamento Santa Lúcia, onde o contexto do latifúndio acaba atuando inclusive sobre a dinâmica interna organizativa do assentamento.

Considerações finais

Com relação às dimensões constitutivas do desenvolvimento, constatou-se através dos dados apresentados uma melhoria na maior parte dos aspectos analisados, sugerindo um impacto positivo nas diferentes dimensões consideradas, embora algumas dificuldades persistam. O destaque negativo permanece nas condições de acesso à saúde e nos desafios referentes ao modelo de agricultura praticado. A questão econômica, usualmente adotada para avaliação da eficácia, se destaca positivamente, pois o valor da renda bruta observada é superior a dois salários mínimos mensais nos dois assentamentos estudados. Finalmente, o trabalho possibilitou a ampliação da visão de desenvolvimento para as outras dimensões relacionadas à qualidade de vida, sendo este fato observado pelas próprias famílias nas entrevistas.

132

Acerca da influência do território sobre o desenvolvimento dos assentamentos, pode-se perceber que os dois casos analisados neste estudo, ainda que apresentem semelhanças, diferem-se quantitativa e qualitativamente nas variáveis analisadas. Embora se identifique a iniciativa comum empreendida pelas famílias nos dois assentamentos de estabelecer um sistema produtivo diversificado, característico da agricultura familiar praticada na região de origem das famílias, esse sistema produtivo apresenta-se mais consolidado no assentamento 12 de Julho, localizado no município de Canguçu, território de minifúndios e forte presença de agricultura familiar. No assentamento Santa Lúcia, localizado no município de Candiota, o contexto do latifúndio atua restringindo as possibilidades e oportunidades de desenvolvimento, resultando em um sistema produtivo menos consolidado e com maior

instabilidade. Obviamente outras variáveis territoriais também atuam para esta diferenciação, como as características de solo, clima, entre outras.

Procurou-se neste trabalho analisar os impactos da implantação dos assentamentos na vida e desenvolvimento das famílias assentadas. Pretendia-se dessa forma superar as correntes avaliações das políticas públicas realizadas usualmente através dos números de sua execução. Verificar a alteração causada no resultado final a que se propôs e principalmente a partir da opinião de quem a vivenciou, este foi o enfoque adotado no trabalho. Dessa forma constatamos que mesmo não provocando alterações profundas na estrutura fundiária, a política de implantação de assentamentos certamente altera a vida das famílias envolvidas, proporcionando melhoria na qualidade de vida. Claro está que o êxito dessa política depende de uma série de fatores, principalmente da articulação com outras políticas de desenvolvimento, além de outra atitude da parte das esferas de poder público envolvidas. Desenvolvimento se faz com gente, embora essa visão ainda represente uma ameaça à tradicional cultura do território da região sul do estado, sinônimo do latifúndio.

Constatou-se enfim que, embora haja um esforço de superação por parte das famílias assentadas, a política de implantação de assentamentos apresenta-se limitada, desta forma, pela sua própria delimitação, a de política social 'compensatória', conforme tem sido historicamente implementada no país. A superação objetiva desta condição depende de que a reforma agrária seja considerada uma política de desenvolvimento estrutural, de reconfiguração do meio rural, um redesenho da vida e da terra no Brasil.

NOTAS

ⁱ Artigo elaborado a partir da dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

ⁱⁱ Engenheira Agrônoma; Mestre em Sistemas de Produção Agrícola Familiar pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

E-mail: gaipa02@yahoo.com.br

ⁱⁱⁱ Engenheiro Agrônomo; Doutor em Agronomia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel); Professor Associado do Departamento de Solos da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel e do Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

E-mail: helviojc@uol.com.br

¹ O relatório elaborado pelo Clube de Roma previa que, se a tendência de crescimento de cinco fatores: população mundial, produção agrícola, exaustão dos recursos naturais, produção industrial e poluição, se mantivesse, os limites de crescimento do planeta seriam atingidos dentro de cem anos (PORTILHO, 2005, p.43).

² A denominação 'Território Zona Sul do estado do Rio Grande do Sul' é um recorte realizado pelo Programa Territórios da Cidadania, programa do Governo Federal, criado em 2008 (SDT/MDA, 2009). Entretanto, este recorte já existia anteriormente através do Fórum da Agricultura Familiar e Reforma Agrária da Região Sul.

³ Fazenda de 9500ha localizada no município de Sarandi-RS. A fazenda encontrava-se em processo de desapropriação desde 1974 mas, em virtude de inúmeros recursos judiciais impetrados pelo antigo dono Bolivar Anoni, o processo se arrastava (BONAMIGO, 2002. p.122).

⁴ Luz para Todos é um programa do Governo Federal criado em 2003, cuja meta era levar energia elétrica para dez milhões de pessoas no meio rural até 2008.

⁵ O recorte realizado pelo Censo Agropecuário 2006 para os assentamentos de reforma agrária encontra-se limitado, já que identificou no Brasil apenas 189.191 estabelecimentos como famílias assentadas, e para o Rio Grande do Sul 7.029 estabelecimentos, correspondendo respectivamente a 20,86% e 56,4% do total das famílias assentadas comparando-se aos dados do INCRA. Este fato ocorreu devido à classificação dos estabelecimentos, onde o agricultor deveria declarar-se *assentado sem titulação definitiva*. Acredita-se que muitos assentados foram incluídos como posseiros ou proprietários da terra.

⁶ A composição da renda neste estudo inclui: produção, ocorrência de salários, aposentadoria, serviços prestados e outras rendas. Não fica claro se este valor de renda refere-se à renda bruta ou líquida.

REFERÊNCIAS

ALVES, F. D. *Os impactos da territorialização dos assentamentos rurais em Candiota-RS*. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), UFSM, Santa Maria, 2006. 137f.

BERGAMASCO, S.M. *Dossiê questão agrária: A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2008. 15p.

BONAMIGO, C.A. *Pra mim foi uma escola... o princípio educativo do trabalho cooperativo*. Passo Fundo: Editora Universitária UPF, 2002. 184p.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e estatística, IBGE. *Censo agropecuário 2006*. SIDRA (Sistema IBGE de Recuperação Automática). Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2010.

BUTH, F. *As estratégias de reprodução no assentamento Ramada em Júlio de Castilhos, RS*. Dissertação (Mestre em Geografia), UFSC, 2005. 158f.

CHELOTTI, M. C. A relação cidade-campo em áreas de reforma agrária: as especificidades dos municípios de Hulha Negra e Santana do Livramento (RS). *Ágora (UNISC)*, v. 14, p. 162-183, 2008.

DAVID, C. *Estratégias de reprodução familiar em assentamentos: Limites e possibilidades para o desenvolvimento rural em Canguçu - RS*. Tese (Doutorado em Geografia), UFSC, Florianópolis, 2005. 218f.

EMYGDIO, B.M.; PORTO, M.P.; THEISEN, G. (org.) *Indicações técnicas para o cultivo de milho e de sorgo no Rio Grande do Sul*. Pelotas: Embrapa Clima Temperado, 2008. 169p.

HEREDIA, B. et al. Análise dos impactos regionais da reforma agrária no Brasil. In:

Estudos, Sociedade e Agricultura, n.18, p.73-111, abril. 2002.

MARTINS, S.R. Desenvolvimento sustentável: desenvolvendo a sustentabilidade. Texto base para os núcleos de educação ambiental. *Agenda XXI: Formação de coordenadores e multiplicadores socioambientais*. Pelotas, 2004. 9p.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

PORTILHO, F. *Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania*. São Paulo: Cortez, 2005. 255p.

PORTO-GONÇALVES, C. V. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 461p.

SACHS, I. *Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente*. São Paulo: Studio Nobel, 1993. 103p.

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL/MDA. *Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável: território da cidadania zona sul do estado do Rio Grande do Sul*. Pelotas: Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, 2009. 68p.

SILVA, P. M. *Desenvolvimento e reforma agrária no território zona sul do Rio Grande do Sul: Os impactos dos assentamentos na percepção das famílias*. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Produção Agrícola Familiar) UFPel, Pelotas, 2010. 114f.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Ed. Bookman, 2005. 212p.